

Operaísmo Digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores¹

Digital Workerism: Technology, Platforms, and the Circulation of Workers' Struggles

Sai Englert²

s.p.englert@hum.leidenuniv.nl

Jamie Woodcock³

jamie.woodcock@googlemail.com

Callum Cant⁴

callumcant@gmail.com

RESUMO

O uso das tecnologias digitais tornou-se parte essencial dos debates contemporâneos sobre como o trabalho está mudando, o futuro do trabalho e dos trabalhadores, incluindo as resistências e a organização. O operaísmo levantou muitas dessas questões no contexto da fábrica - particularmente por meio do Operaísmo italiano - conectando a experiência do local de trabalho a uma luta mais ampla contra o capitalismo. No entanto, há muitas diferenças entre essas fábricas e os novos locais de trabalho digitais nos quais muitos trabalhadores se encontram hoje. Os métodos de pesquisa a partir dos trabalhadores e as teorias da composição de classes são um legado útil do Operaísmo, fornecendo ferramentas e uma perspectiva para compreender e intervir nas lutas dos trabalhadores hoje. No entanto, isso exige aprimoramento e atualização em

ABSTRACT

The use of digital technology has become a key part of contemporary debates on how work is changing, the future of work/ers, resistance, and organising. Workerism took up many of these questions in the context of the factory – particularly through the Italian Operaismo – connecting the experience of the workplace with a broader struggle against capitalism. However, there are many differences between those factories and the new digital workplaces in which many workers find themselves today. The methods of workers' inquiry and the theories of class composition are a useful legacy from Operaismo, providing tools and a framework to make sense of and intervene within workers' struggles today. However, these require sharpening and updating in a digital context.

¹ O artigo foi originalmente publicado na tripleC: Communication, Capitalism & Critique, 18 (1), 2020 sob o título “Digital Workerism: technology, platforms, and the circulation of workers' struggles”. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/1133> e <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i1.1133> Tradução: Rafael Grohmann.

² Leiden University. Rapenburg 70, 2311 EZ Leiden, Países Baixos.

³ Open University. Walton Hall, Milton Keynes, MK7 6AA, UK.

⁴ Independent researcher.

um contexto digital. Neste artigo, discutimos os desafios e as oportunidades para um “operaísmo digital”, entendido como um método de pesquisa e organização. Usamos o estudo de caso do Uber para discutir como a tecnologia pode ser usada contra os trabalhadores e também reapropriada por eles de várias maneiras. Ao desenvolvermos uma análise da recomposição técnica, social e política que está ocorrendo na plataforma, vamos além das leituras deterministas da tecnologia para pensar as diferentes tecnologias a partir das relações sociais que estão surgindo. Em particular, chamamos a atenção para as novas formas pelas quais as lutas dos trabalhadores podem circular. Com isso, defendemos um “operaísmo digital” que desenvolva uma compreensão crítica de como o local de trabalho pode se tornar um local essencial para as lutas do socialismo digital/comunicacional.

Palavras-chave: Operaísmo. Socialismo a partir de baixo. Deliveroo. Economia digital. Socialismo digital.

Introdução

As tecnologias digitais – sejam plataformas, automação, inteligência artificial ou outras novidades – estão cada vez mais dominando o debate sobre o trabalho e suas mudanças. Em particular, o tema tem sido chamado de “o futuro do trabalho”, o que explícita ou implicitamente enxerga pouca importância na agência dos trabalhadores nesse suposto futuro. Neste artigo, preferimos pensar no futuro dos trabalhadores e no papel central que eles desempenham nas lutas em relação às remodelações do trabalho. Em vez de prever quantos empregos dos trabalhadores podem ser “perdidos” para a automação (FREY; OSBORNE, 2013), considerar se o trabalho deles é “decente” (BERG et al., 2018) e classificar os trabalhadores de acordo com suas habilidades “baixas” ou “altas”, queremos chamar a atenção para as novas habilidades, táticas e estratégias que os trabalhadores inventam em suas lutas contra o capitalismo digital.

Este artigo enfoca o que chamamos de “Operaísmo digital”, uma perspectiva que busca retornar à premissa de que os trabalhadores e suas experiências são importantes para a crítica do capitalismo, a partir da atualização de seus métodos para um contexto digital. Isso é uma tentativa explícita de colocar de volta a agência dos trabalhadores no futuro do trabalho, especificamente ao experimentar o que o socialismo digital poderia significar na prática.

Para isso, em primeiro lugar, retornamos ao Operaísmo para considerar quais ferramentas e abordagens podem ser recuperadas para este projeto. Em segundo

In this article, we discuss the challenges and opportunities for a “digital workerism”, understood as both a research and organising method. We use the case study of Uber to discuss how technology can be used against workers, as well as repurposed by them in various ways. By developing an analysis of the technical, social, and political re-composition taking place on the platform, we move beyond determinist readings of technology, to place different technologies within the social relations that are emerging. In particular, we draw attention to the new forms through which workers’ struggles can be circulated. Through this, we argue for a “digital workerism” that develops a critical understanding of how the workplace can become a key site for the struggles of digital/communicative socialism.

Keywords: Workerism. Socialism from below. Deliveroo. Digital economy. Digital socialism.

lugar, consideramos como isso poderia contribuir para um “Operaísmo digital” e o que isso implicaria. Em seguida, aplicamos isso a um estudo de caso da Uber, especificamente no Reino Unido e também, de forma mais panorâmica, em um contexto global. Isso envolve pensar criticamente sobre a composição de classes à luz de novas tecnologias, plataformas e a circulação das lutas dos trabalhadores. Então, finalmente, o artigo utiliza essa abordagem para discutir o que um “socialismo digital” poderia ocasionar, principalmente ao se basear nessas lutas como um guia.

Aprendendo com o Operaísmo

O uso de tecnologias digitais tornou-se parte essencial dos debates contemporâneos sobre mudanças no mundo do trabalho, futuro do trabalho e dos trabalhadores, modos de resistência e organização. O Operaísmo levantou muitas dessas questões no contexto da fábrica – particularmente por meio do Operaísmo italiano – conectando a experiência do local de trabalho a uma luta mais ampla contra o capitalismo. Os operaístas italianos partiram de uma percepção fundamental de que havia um abismo entre a luta dos trabalhadores nos setores produtivos de alta tecnologia do capitalismo italiano (particularmente as áreas automotivas, químicas e tecnológicas) e a política dos partidos de trabalhadores, como o Partido Comunista Italiano.

A primeira evidência deste abismo foi uma onda quase insurrecional de lutas contra o congresso do par-

tido neofascista Movimento Social Italiano (MSI) em Gênova em 1960. Isso foi liderado por jovens operários que ficaram conhecidos como “camisetas listradas”. A militância deles não se restringia às ruas, mas extrapolou cada vez mais para os ambientes de trabalho. Foi nesse contexto que os operaístas começaram a publicar sua primeira, *Quaderni Rossi* (Cadernos Vermelhos), no qual tentavam teorizar como esse abismo havia surgido e o que isso significava para os socialistas (WRIGHT, 2017). Foi nesse contexto que o Operaísmo desenvolveu sua teoria sobre pesquisa empírica nos locais de trabalho por meio da ideia de investigação com trabalhadores.

As investigações com trabalhadores não começaram com o Operaísmo. Sua história remonta diretamente a Marx e, em seguida, dependendo da genealogia empregada, passa por Lenin, Mao, a tendência Johnson-Forrest e o grupo Socialismo ou Barbárie antes de chegar na Itália dos anos 1950 e 1960. No entanto, é no contexto italiano que as investigações com trabalhadores foram usadas de forma mais frequente e influente no século XX. O dissidente marxista Danilo Montaldi, de Turim, foi o primeiro a conectar o movimento italiano ao trabalho realizado por outras correntes no exterior por meio da tradução de *The American Worker* (ROMANO; STONE, 1946), uma das primeiras investigações produzidas pela tendência Johnson-Forest. Em sua introdução à edição italiana, ele enfatizou que o texto “expressa com grande força e profundidade essa ideia, praticamente esquecida pelo movimento marxista após a publicação do primeiro volume do *Capital*, de que o trabalhador é, antes de tudo alguém que vive o chão da fábrica capitalista antes de ser membro de um partido [...] e que é o processo produtivo que molda sua rejeição à exploração e a sua capacidade de construir um tipo superior de sociedade (MONTALDI, 2013).

Em sua forma operaísta, a investigação com trabalhadores tornou-se um modo de pesquisa científica sobre o equilíbrio das forças de classes na esfera da produção em rápido desenvolvimento (em vez da exploração narrativa sobre a vida da classe trabalhadora, como a maioria das perspectivas anteriores de estudos sobre o trabalho). Em um período de transformações, isso permitiria aos marxistas um modo de conectar-se com a realidade das lutas da classe trabalhadora e desenvolver suas ideias de acordo com isso.

Os resultados da investigação com trabalhadores foram compreendidos principalmente por meio de uma perspectiva teórica que foi expressa como “composição de classe”. Esta perspectiva foi construída em torno do que Marx identificou como os três “elementos simples” que compõem qualquer processo de trabalho:

“em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios (MARX, 1990, p. 284). Esses fatores são entendidos como a composição técnica da classe trabalhadora, ou seja, o modo como a força de trabalho é organizada com o capital para um processo produtivo. Essa composição técnica, que inclui padrões de cooperação, é entendida como a base de um salto para a resistência. Essa resistência, organizada coletivamente e utilizando formas e táticas que surgem da composição técnica, é entendida como a composição política da classe trabalhadora. Algumas pesquisas recentes também estenderam essa abordagem para fatores além do processo de trabalho sob o título de “composição social” (NOTES FROM BELOW, 2018).

Nos últimos dez anos, houve um interesse renovado no Operaísmo, principalmente por meio da perspectiva da investigação com trabalhadores. A crise financeira de 2007-2008 levou a uma onda de disputas políticas que catalisou o desenvolvimento de uma geração de intelectuais marxistas que atuaram como a vanguarda do que Milburn (2019) chamou de *Generation Left*. Na busca por novas ferramentas teóricas e metodológicas para compreender o ressurgimento de uma clara luta de classes, muitos desses intelectuais recorrem ao Operaísmo italiano – muitas vezes por meio das lentes do livro de Steve Wright (2017) sobre a história dos operaístas e do trabalho dos operaístas alemães associados à revista *Wildkat* e a pesquisa sobre *call centers* realizada por Kolinko (2002).

Esse movimento foi uma das primeiras indicações de uma tendência mais ampla rumo a um Operaísmo do século XXI e revitalizado. Isso tem sido expresso pelo aumento nas publicações sobre investigações com trabalhadores, por exemplo, as edições especiais da revista *Ephemera* (WOODCOCK, 2014) e o lançamento das revistas *Viewpoint* e *Notes from Below*. Para o projeto *Notes from Below*, essa rearticulação do Operaísmo no contexto contemporâneo significa usar uma prática de investigação com trabalhadores para compreender os locais de trabalho do ponto de vista da classe trabalhadora e, então, interpretar os resultados dessa pesquisa por meio de uma teoria da composição de classes, entendida como:

uma relação material com três partes: a primeira é a organização da força de trabalho em uma classe trabalhadora (composição técnica); a segunda é a organização da classe trabalhadora em uma sociedade de classes (composição social); a terceira é a auto-organização da classe trabalhadora em

uma força na luta de classes (composição política)
(NOTES FROM BELOW, 2018).

O que é o “Operaísmo Digital”?

Os principais aspectos que podem ser herdados do Operaísmo, como discutimos acima, são um ponto de partida para pensar sobre a composição de classes e o trabalho atualmente. No entanto, a composição de classes mudou muito, o que significa que muitas das questões precisam ser abordadas de maneira muito diferente hoje em dia. Se as ferramentas e as perspectivas do Operaísmo fornecem o ponto de partida, nós precisamos agora começar a traçar um novo caminho no contexto da digitalização.

Este artigo não é o primeiro a propor uma reflexão sobre o que poderia envolver um “Operaísmo digital”. Por exemplo, Brown e Quan-Haase (2012) clamam por uma “Investigação com Trabalhadores 2.0”, examinando o trabalho digital e baseando-se na ideia de *produsage* de Bruns (2008). Os autores estudaram o Flickr, um site que hospeda uma galeria de imagens com aspectos de mídias sociais, e argumentam que chamar as pessoas de usuários é muito impróprio, pois eles são “produzidores (*producers*) [...] dispostos a produzir conteúdo sem custo nenhum para os proprietários desses domínios, ao mesmo tempo que esses sites geram lucros muito altos” (BROWN; QUAN-HAASE, 2012, p. 488).

Embora esse seja um empreendimento interessante, procuramos, em vez disso, retornar ao foco especificamente no local de trabalho em nossa formulação sobre o Operaísmo digital. Por exemplo, o estudo dos autores não interroga as condições ou lutas dos trabalhadores que são pagos para garantir a operação da plataforma, a partir da qual as atividades dos produzidores acontecem. Brown e Quan-Haase (2012, p. 494) concluem que “*produsage* deve ser considerado algo muito explorador porque nem sequer oferece à sua legião de trabalhadores um salário em troca de sua força e tempo de trabalho”. Embora tenham razão em identificar novos métodos de exploração, há o risco de que isso perca o foco na exploração por meio da relação salarial. Por exemplo, como observa Dyer-Witford (2015, 93), é correto:

rejeitar uma equivalência direta entre as experiências de mulheres trabalhadoras migrantes e usuários do Facebook. Mas as mordidas de vampiro ocorrem de várias maneiras. Um post no Facebook é uma forma de exploração que, sem violência explícita, é um tanto parasita. Não

substitui as estruturas “normais” da exploração de classe cotidiana no trabalho e em casa, mas isso pode ser acrescentado a elas, para constituir um regime no qual o usuário é habituado, sob pena de exclusão dos mundos sociais, a renunciar aos elementos de sua personalidade – identidade, criatividade, sociabilidade – para aumentar a circulação do capital. Essa submissão não é a mesma que a brutal disciplina corporal imposta às mulheres trabalhadoras migrantes, mas é uma forma de subjetivação com aspectos externos e internos na submissão abjeta à forma-mercadoria.

Embora alguns dos envolvidos no Operaísmo italiano tenham procurado por novos temas sociais em todos os lugares, inclusive dentro de uma “multidão” ilimitada (HARDT; NEGRI, 2000), há um risco aqui de esquecer a importância contínua da exploração no trabalho. Corremos o risco de cair na armadilha pós-operaísta de procurar o novo sujeito social em qualquer lugar menos no local de trabalho. Embora a compreensão do capitalismo digital a partir dessa lente ofereça algumas ideias, ela não diz nada sobre trabalho, infraestrutura e capital necessários para a realização das atividades. Nosso foco não está no “trabalho gratuito/não pago” (*free labour*) (TERRANOVA, 2000) dos usuários da Internet, apesar das “evidências incipientes de que essa relação hiperexploradora está fazendo com que os produzidores organizem lutas contra essas empresas” (BROWN; QUAN-HAASE, 2012, p. 458). Eles se concentram no que descrevem como os “tumultos frequentes que ocorrem em sites de redes sociais em relação à violação da privacidade de pessoas que têm repetidamente resultado em controvérsias”.

Há comparações semelhantes que poderiam ser feitas com o conflito na área de games em relação às modificações (ou mods). As empresas Valve e Bethesda decidiram tentar monetizar *mods* na plataforma de distribuição digital Steam. Em resposta, como disse Daniel Joseph, a “comunidade *mod* perdeu a cabeça coletivamente”, convencendo a empresa a reverter sua decisão. Isso se vincula a uma história maior sobre *modding*, resistência e formas de *playbor* (KÜKLICH, 2005) na indústria de videogames – algo que mais tarde formou o pano de fundo para a organização dos trabalhadores na indústria (WOODCOCK, 2019). No entanto, não faria sentido basear a compreensão da luta de classes na indústria de games apenas a partir do trabalho gratuito/não pago (*free labor*) dos *modders*. Nós enxergamos o Operaísmo digital como um retorno ao foco nos trabalhadores, embora a

partir de uma compreensão de como as diferentes formas de trabalho se alimentam de suas lutas.

Para pensar em um Operaísmo digital, há uma série de estudos que já começaram a esboçar o que isso poderia significar na prática – embora nenhum deles ainda tenha usado esse termo – que se afasta, ao mesmo tempo, do foco tecnológico ou nos usuários e, em vez disso, privilegia a auto atividade dos trabalhadores. Indiscutivelmente uma das primeiras pesquisas nesse sentido foi a do coletivo Kolinko (2002), que examinou a composição de classes em *call centers*, evidenciando como a tecnologia estava sendo usada pela gestão para recompor trabalhadores precários. Essa abordagem foi adotada por Woodcock (2017) em sua pesquisa etnográfica sobre condições de trabalho, tecnologia, gerenciamento e resistência em um *call center* em Londres. Os *call centers* provaram ser um importante campo de testes no sentido de mudar as formas de trabalho digital, experimentando novos métodos tecnológicos de vigilância e controle, que foram aplicados mais amplamente em outras indústrias e setores (WOODCOCK, no prelo). Isso significa que o prelúdio para pensar em um Operaísmo digital envolve encontrar maneiras de compreender as tecnologias digitais da perspectiva das experiências dos trabalhadores no local de trabalho.

O rápido crescimento da *gig economy* e do trabalho em plataformas estabeleceu um foco para novas formas de Operaísmo digital. Como discutido anteriormente, o trabalho em plataformas tornou-se simbólico de muitas das mudanças de longo alcance – e potencial futuro – no trabalho. Com muita frequência, o foco de pesquisas não está nas novas formas de composição de classe, mas em uma preocupação limitada a tecnologias e algoritmos. No entanto, o método de investigação com trabalhadores tem sido cada vez mais aplicado, tanto no *Notes from Below* quanto em outros lugares, no sentido de começar a compreender a nova composição nas plataformas de trabalho em Londres. Por exemplo, Waters e Woodcock (2017) apresentam uma investigação, em regime de co-escrita, sobre o trabalho na Deliveroo, com base na experiência de trabalho de Waters, bem como a partir de métodos digitais, incluindo auto rastreamento e representações multimídia. Essa perspectiva de co-escrita foi seguida por Aslam e Woodcock (no prelo), abordando a história de motoristas do Uber, a história da organização e as lutas contra a empresa, os órgãos reguladores e os tribunais.

Cant e Woodcock (assim como outros editores do *Notes from Below*) publicaram uma série de entrevistas e relatórios diretamente das linhas de frente da *gig economy*,

incluindo boletins dos trabalhadores e relatórios de greve. Um texto recente inclui uma polêmica contra outros relatórios que continuam falando sobre o surgimento da resistência no trabalho em plataformas. Isso já está em andamento e a chave agora é compreender de que maneiras ela se desenvolverá (CANT; WOODCOCK, 2019). Cant (2019) publicou recentemente sua investigação com trabalhadores da Deliveroo, interrogando sobre essas mudanças a partir de uma perspectiva de composição de classes. Da mesma forma, embora em uma indústria diferente, Woodcock (2019) aplicou essa abordagem à indústria de games.

Em todos esses aspectos, há desafios substanciais ao pensar ou até mesmo realizar esses tipos de projetos em uma instituição acadêmica. Isso se deve principalmente aos conselhos de ética que desencorajam esse tipo de processo de pesquisa, bem como à ênfase na responsabilidade legal que prejudica a pesquisa crítica (BADGER; WOODCOCK, 2019). Isso torna a intervenção um desafio em um contexto acadêmico, algo que não é um somente algo opcional para o Operaísmo, mas essencial para a sua prática. No entanto, há um exemplo poderoso de como a interação humano-computador pode nos ajudar a pensar sobre a intervenção. O projeto *Turkopticon*, de Irani e Silberman (2013), criou um *plugin* de software para apoiar os trabalhadores da Amazon Mechanical Turk. Ele possibilita aos trabalhadores classificarem as pessoas e empresas que solicitam as tarefas, revertendo o panóptico como um processo usado pela Mechanical Turk para organizar e regular esse trabalho digital. Além disso, o *Turkopticon* possibilita uma maneira de reunir os trabalhadores para discutir sobre seu trabalho, concentrando-se em uma organização de baixo para cima.

Entre esses exemplos, surgem as possibilidades de um Operaísmo digital. No entanto, é importante lembrar que a investigação com trabalhadores tem duas preocupações centrais: primeiro, a relação entre composição técnica e política; e segundo, a imbricação entre pesquisa e organização. Para o “Operaísmo digital”, isso significa introduzir o aspecto da composição social e chamar a atenção para as políticas das tecnologias ao desenhar uma co-pesquisa. Nos voltamos agora para a aplicação desta abordagem.

O Estudo de Caso da Uber

Usamos o estudo de caso da empresa Uber para discutir como a tecnologia pode ser usada contra os trabalhadores e também reaproveitada por eles de várias

maneiras. Ao desenvolvermos uma análise da recomposição técnica, social e política que está ocorrendo na plataforma, vamos além de leituras deterministas em relação à tecnologia para investigar diferentes tecnologias que estão surgindo nas relações sociais.

A maioria das pesquisas sobre Uber concentra-se na tecnologia, um aspecto limitado da composição técnica do Uber. Por exemplo, muitos estudos se concentram no uso de algoritmos em geral (PASQUALE, 2015; LEE et al., 2015) e na Uber em particular (ROSENBLAT; STARK, 2016; ROSENBLAT, 2018), bem como em críticas a esse novo modo de organização do trabalho (SLEE, 2015; SCHOLZ, 2017). Em parte, isso se deve ao exemplo muito visível de mudança tecnológica representada pela Uber. Embora tenha havido outros exemplos de mudanças tecnológicas significativas relacionadas à gestão do trabalho, a Uber é o exemplo que muitas pessoas têm experiências diretas como clientes ou podem acessar facilmente o aplicativo. Há algo de semelhante com a pesquisa de Ravenelle (2019) sobre *gig economy*, tendo entrado em contato com esses trabalhadores primeiramente como cliente.

Está claro que os aspectos de vigilância e controle algorítmicos são fundamentais para compreender as mudanças na composição do trabalho em plataformas (WOODCOCK, no prelo), incluindo a mediação do trabalho por meio de uma plataforma, o uso de dados, as notas dadas pelos clientes, e assim por diante. No entanto, há um risco em muitas perspectivas que veem esses métodos de controle como totalizantes, com pouquíssima possibilidade de os trabalhadores contestarem ou subverterem essas regras. Em vez disso, por meio da investigação com trabalhadores, é possível separar esses aspectos do processo de trabalho para compreender como eles funcionam na prática. Em particular, isso chama a atenção para as partes materiais do trabalho, incluindo o tipo de carro usado e as relações de propriedade aí envolvidas. Em Londres, a maioria dos carros são Toyota Prius alugados, prendendo os motoristas a altos pagamentos semanais por um carro específico, impedindo opções mais baratas. Além disso, os motoristas de Uber precisam possuir uma licença específica de aluguel, emitida pela *Transport for London*. Isso significa que uma grande parte de motoristas trabalha em período integral para cobrir seus custos e tentar ganhar a vida. Isso é diferente de partes dos Estados Unidos, onde os motoristas não são licenciados e podem usar uma variedade muito maior de carros, o que significa que o trabalho de meio período é mais comum. Isso significa que, embora possa não parecer um local de trabalho (pelo

menos comparado aos locais pesquisados pelos operários originais), os motoristas compartilham as estradas e a cidade, geralmente com pontos de encontro em comum.

Em Londres, a composição social dos motoristas da Uber é moldada pelas relações preexistentes no setor de táxis – particularmente a distinção em dois níveis entre os táxis pretos e os *minicabs*. Enquanto os motoristas de táxi preto precisam passar em uma prova de conhecimentos sobre geografia e rotas, os motoristas de *minicabs* não precisam passar em provas, porém necessitam ter uma licença particular. Muitas dessas empresas de *minicabs* recrutam trabalhadores em grupos de migrantes. Há também uma clara divisão na composição racial entre os motoristas brancos da *British Black Cab* e os motoristas (geralmente migrantes) dos *minicabs*. Quando a Uber chegou na cidade, visava recrutar os motoristas de *minicabs*. Isso significa que muitas relações e redes pré-existentes foram importadas para a Uber, incluindo grupos de amigos e organizações de migrantes. Isso forma a base da “organização invisível” (ALQUATI, 2013) que precedeu a organização mais formal dos motoristas de Uber.

Conforme detalhado por Aslam e Woodcock (no prelo), já existe um histórico contínuo de lutas ao redor da Uber em Londres. Isso começou em 2013 com grupos de motoristas em grupos de WhatsApp discutindo problemas com o trabalho na Uber e tendo reuniões iniciais com a plataforma. Em 2014, os motoristas começaram a organizar reuniões e lançaram a Associação de Motoristas Particulares de Aplicativos de Londres (LPHADA). Após isso, a Uber parou de se comunicar com eles. No ano seguinte, os motoristas envolvidos na LPHADA ingressaram na central sindical GMB, que, então, apoiou-os no Tribunal de Trabalho, no caso contra a Uber em 2016. No entanto, os motoristas estavam insatisfeitos com a abordagem da GMB e lançaram uma rede de motoristas chamada Motoristas Particulares Unidos (UPHD). Após o cancelamento de uma eleição na GMB, os motoristas saíram da central sindical e filiaram-se ao Sindicato de Trabalhadores Independentes da Grã-Bretanha (IWGB).

Em cada etapa houve um momento de recomposição política, uma vez que os motoristas experimentaram diferentes formas de organização – e diferentes organizações – assim como os alvos deixaram de ser somente a Uber para envolver também os órgãos regulatórios e a prefeitura de Londres. Durante todo esse processo, houve diferentes pontos de contestação, assim como a movimentação de redes para organização de greves e protestos. Como explica Yaseen Aslam, “quando

começamos a nos organizarmos, as pessoas disseram que nunca conseguiríamos. Aí incluímos sindicalistas, acadêmicos e jornalistas que pensávamos que estariam ao nosso lado” (ASLAM; WOODCOCK, no prelo). Em vez disso, os motoristas tiveram que aprender sua própria abordagem para se tornarem organizadores – passando por um caminho complicado até encontrarem maneiras de resistir com sucesso. Mais recentemente, os motoristas começaram a se coordenar internacionalmente para greves e protestos contra a IPO da Uber. Este último momento de recomposição política está se espalhando para além das fronteiras nacionais.

O que essa análise da Uber destaca é que a mudança da composição técnica do trabalho em plataformas não é liderada apenas pelo capital. A Uber se envolve com formas anteriores de trabalho, relações e organizações. Assim, não se trata apenas de um modelo de negócios “disruptivo” e de inovação tecnológica, mas de algo mediado pelas pressões existentes no capitalismo. Isso também devolve um olhar para a agência dos trabalhadores – pois, afinal de contas, a plataforma precisa realmente de alguém para dirigir os carros, apesar de usar um status falso de trabalhador autônomo.

Formando um “socialismo digital”?

Em particular, chamamos a atenção para as novas formas pelas quais as lutas dos trabalhadores podem circular. A partir disso, defendemos um “Operaísmo digital” que desenvolva uma compreensão crítica de como o local de trabalho pode se tornar lugar-chave para as lutas do socialismo digital e comunicativo.

O foco dos operaístas italianos na auto atividade dos trabalhadores e suas agências políticas surge de um compromisso de longo prazo com o cerne do marxismo. De fato, Engels (1888, p. 617) escreveu, em sua famosa introdução ao Manifesto Comunista que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora”. Ao fazer isso, ele reformulou as intervenções de Marx (1875) em sua *Crítica ao programa de Gotha* e sua redação conjunta das regras gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores (MARX, 1871; conferir HAL DRAPER, 1971 para uma visão geral do conceito de auto emancipação na tradição marxista). Essa ideia fundamental serviu como a pedra angular para a compreensão do trabalho dos seres humanos e sua visão em relação a uma transformação da ordem mundial capitalista por meio das lutas vindas de baixo e da auto

organização dos trabalhadores.

Foi igualmente importante o fato de Marx e Engels terem teorizado isso em oposição a diferentes vertentes do socialismo que estavam em desenvolvimento naquela época. Por um lado, polemizaram contra socialistas utópicos, que acreditavam que o desenvolvimento do potencial produtivo e criativo do capitalismo, desta vez sob controle dos trabalhadores, libertaria a humanidade das limitações materiais de seu ambiente natural. Por outro lado, Marx e Engels levaram em conta a crescente influência de ideias reformistas e sua forte dependência de uma leitura teleológica da História que inevitavelmente levaria, a partir das infraestruturas existentes do capitalismo, ao poder dos trabalhadores (como mencionamos acima a *Crítica ao Programa de Gotha*, MARX, 1875).

O que ambas as tradições tinham em comum, apesar de sua profunda oposição uma em relação à outra, eram a confiança no desenvolvimento tecnológica, a falta de envolvimento com as realidades das lutas dos trabalhadores e a confiança em um futuro socialista inevitável que emergiria das entranhas da sociedade capitalista. Contra isso, Marx e Engels argumentaram pela necessidade de romper com a velha ordem e identificaram a posição estratégica da classe trabalhadora na produção como a chave para tornar essa ruptura possível. Não havia nada predeterminado em relação ao socialismo. Ele só poderia ser alcançado por meio de uma luta implacável contra o capital e seus representantes.

Infelizmente, embora essa tradição de auto emancipação tenha permanecido importante no marxismo, de Lenin e Rosa Luxemburgo a C. L. R. James e Angela Davis (para citar apenas alguns, ao lado dos operaístas discutidos acima), a história dos movimentos socialistas do século XX foi marcada pelo domínio do stalinismo e da social democracia. Ambas as abordagens sucumbiram ao canto da sereia do determinismo tecnológico e da teleologia histórica, além de abandonarem a agência dos trabalhadores como motor da transformação social e a única rota potencial para uma sociedade socialista sem classes. São essas tradições que Draper (1996) definiu como “socialismo vindo de cima”, por acreditarem que o socialismo poderia ser imposto pelos “governos socialistas” depois que capturassem o Estado, em oposição ao “socialismo construído a partir de baixo”, que continuava a colocar em primeiro plano as lutas dos trabalhadores e a auto organização contra o capital e o Estado (DRAPER, 1996).

Os movimentos sociais atualmente continuam a confrontar-se com questões semelhantes. Desde as

esperanças que cercam a emergência de novos projetos eleitorais autoproclamados socialistas na Europa (conferir, por exemplo, WATKINS, 2016) até o surgimento de novas perspectivas utópicas tecno-centradas em relação a um futuro socialista (BASTANI, 2019), ativistas e teóricos contemporâneos continuam a propor rotas fora do capitalismo que contornam a auto organização dos trabalhadores, a luta e o controle coletivo democrático sobre a produção. Os debates em torno das plataformas digitais e seu futuro, discutidos acima, se deparam com questões semelhantes: presas entre o determinismo tecnológico e a ilusão do desaparecimento dos trabalhadores, eles imaginam e teorizam sobre as mudanças enquanto escrevem sobre a agência dos trabalhadores fora de contexto.

Então, e sobre o socialismo digital? O que descrevemos nas primeiras seções deste ensaio é a perspectiva do “Operaísmo digital” e sua aplicação à Uber. No entanto, um dos desafios do Operaísmo sempre foi o salto do técnico para o político. Nesta seção, queremos considerar como “a recusa” (TRONTI, 2019) e outras tendências de luta podem se conectar a um horizonte político. No caso da Uber, onde os aspectos tecnológicos da composição técnica são particularmente nítidos, refletimos como essa composição pode ser considerada no terreno político. Antes de começar a discutir como as lutas dos motoristas da Uber podem ser conectadas ao socialismo digital, vale a pena considerar quais outras abordagens já estão em andamento especificamente em relação ao trabalho em plataformas e como elas se inscrevem nas tradições do movimento de trabalhadores que falham em promover a agência dos trabalhadores.

O primeiro exemplo é aquele que tenta uma síntese entre teoria e prática: a Fundação Fairwork. Sai e Jamie estiveram envolvidos na fase inicial deste projeto – e as experiências tem a ver com o nosso pensamento sobre a prática de variadas maneiras. O objetivo básico do projeto é melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas por meio de um processo de certificação (GRAHAM; WOODCOCK, 2018; WOODCOCK, GRAHAM, 2019). Trata-se de uma tentativa de pesquisa orientada para o impacto – ainda que mais sintonizada com a ideia de impacto mensurável que se tornou popular nas universidades britânicas, que é uma fusão muito diferente de teoria e prática do Operaísmo. O núcleo do projeto Fairwork envolve a pontuação das plataformas em relação a cinco princípios de trabalho justo – remuneração, condições, contratos, governança e representação – de um total de dez pontos (com dois pontos para cada um dos cinco princípios). O projeto teve algum sucesso inicial

em se recusar a seguir a lógica das empresas de plataformas de que os trabalhadores eram autônomos, além de incentivar uma plataforma na África do Sul a concordar em reconhecer um sindicato, caso ele seja fundado. O primeiro é parte da conquista de uma discussão mais ampla sobre a economia de plataforma sustentada por um falso emprego por conta própria, enquanto o último é um exemplo de como a pesquisa pode ajudar a incentivar a auto organização dos trabalhadores.

Como nenhum de nós continua trabalhando no projeto, agora temos espaço para refletir sobre as tensões e contradições de um projeto de certificação. Esses tipos de projetos dependem – pelo menos até certo ponto – do envolvimento voluntário da empresa para sua certificação. Isso atingiu limites com a certificação em outros setores. Por exemplo, a certificação Fairtrade – voltada para *commodities* como café e chocolate – continua a se desintegrar (SUBRAMANIAN, 2019) – além de nunca se envolver rigorosamente com os direitos dos trabalhadores como principal preocupação, as empresas decidem optar por não participar. O Fairwork, como outras abordagens de certificação, requer financiamento para continuar, além de precisar manter relações com a organização certificada para ter acesso a dados, e assim por diante. Isso significa que freios e contrapesos são essenciais para garantir que as preocupações dos trabalhadores sejam ouvidas. Por exemplo, no Fairwork, cada parte interessada pode opinar sobre as alterações na atribuição de uma pontuação a cada ano (por exemplo, elevar o nível de remuneração para receber um ponto), o que significa que os trabalhadores têm voz, mas também plataformas, pesquisadores e formuladores de políticas. Isso significa uma diluição necessária dos princípios para tornar a pontuação mais agradável para uma série de partes interessadas em vez de dar primazia aos trabalhadores.

A segunda abordagem é a do cooperativismo de plataforma (SCHOLZ, 2016). À primeira vista, as cooperativas de plataforma parecem um atalho empolgante para os desafios contemporâneos da luta de classes. Afinal, o socialismo poderia ser concebido como uma “livre associação de produtores”, na qual os meios de produção não são mais privados, mas mantidos de maneira comum e em cooperação. Tradicionalmente, muitas indústrias apresentam barreiras substanciais para os trabalhadores simplesmente estabelecendo suas próprias alternativas de cooperação. Por exemplo, as fábricas exigem altos níveis de gastos de capital. As cooperativas de plataforma, ou é o que diz o argumento, seriam uma alternativa fácil. Em vez de precisar de uma

infraestrutura intensiva de capital, uma cooperativa de táxi precisaria apenas de um aplicativo cooperativo, já que os motoristas já possuiriam o capital (na forma de carro e celular, por exemplo).

As cooperativas de plataforma são claramente influenciadas pelos movimentos de software livre e código aberto e infladas pelo determinismo tecnológico e pelo otimismo libertário que podem ser encontrados entre alguns de seus proponentes. Como é código aberto, se os trabalhadores podem fazer algo tão bom (ou até melhor) quanto os projetos financiados pelos capitalistas, por que os usuários não escolheriam mudar para uma alternativa mais ética? O problema com uma versão cooperativa da Uber é que o custo real do transporte de táxi em Londres costuma ser muito mais alto que o preço anunciado para os usuários – e, mais frequentemente ainda, maior do que o valor pago aos motoristas. Dada a importância estratégica de Londres para a Uber, houve gastos pesados com capital de risco como subsídios.

Uma cooperativa de plataforma teria que competir com – e de fato superar – uma plataforma capitalista como a Uber. Embora uma plataforma ética possa parecer uma venda fácil em comparação a uma empresa como a Uber, esta última possui um grande orçamento de marketing e já possui a base de usuários. A capacidade das plataformas de capital de risco ficarem com prejuízo para garantir o status de monopólio (ou quase monopólio) significa que elas têm recursos para serem concorrentes cruéis. As únicas alternativas bem-sucedidas foram capazes de operar quando órgãos regulatórios ou mudanças legais proibiram alternativas capitalistas. No entanto, há uma questão mais ampla sobre o que envolve uma cooperativa. Para alguns defensores das cooperativas de plataforma, é simples ter a infraestrutura das plataformas digitais não mais como de propriedade privada, ou pelo menos sem fins lucrativos.

Os trabalhadores não pediram que as plataformas fossem classificadas como justas, nem os motoristas da Uber em Londres fizeram campanha por uma alternativa cooperativa da plataforma. Houve apenas uma tentativa abortada de construir uma cooperativa entre a GMB (central sindical que organiza os motoristas de táxi preto e que, a certa altura, possuía membros da Uber, embora mais tarde tenham saído para se juntar ao IWGB) e a *New Economics Foundation* (NEF), um *think tank* progressista.

O que marca essas duas abordagens é que elas são, para adaptar a terminologia de Draper (2019), perspectivas para um trabalho mais justo que são idealizadas e implementadas “de cima para baixo”. Elas se valem da experiência de acadêmicos e não de trabalhadores. Em

vez de querer se envolver em longas polêmicas, usamos esses exemplos como pontos de alerta que podem nos ajudar a compreender como seria o socialismo digital “a partir de baixo”. Como explica Draper (2019, p. 10), “o socialismo de cima para baixo” é “passado adiante às massas agradecidas, de uma forma ou de outra, por uma elite dominante que não está sujeita ao seu controle”. Visto que o socialismo “vindo de baixo” parte da “visão de que o socialismo só pode ser realizado por meio da auto emancipação das massas ativas em movimento, buscando a liberdade com as próprias mãos, mobilizadas ‘de baixo’ em uma luta para se encarregar de seu próprio destino, como atores (e não meramente objetos) no palco da História” (DRAPER, 2019, P. 10).

O risco de pensar sobre o socialismo digital é que ele pode tender a ser visto “de cima”, dado o solucionismo tecnológico que frequentemente acompanha o discurso nessa área, frequentemente imbuído da “ideologia californiana” do determinismo tecnológico neoliberal (BARBROOK; CAMERON, 1996; SANDOVAL, 2019). No entanto, em vez de cair na armadilha um tanto óbvia de pensar que o socialismo digital poderia ser construído com um “Uber para X” – o atual mantra comum de que o modelo de plataformas pode e deve ser aplicado a tudo (SRNICEK, 2017) – devemos, em vez disso, identificar onde, como e sob quais condições o socialismo digital pode ser construído a partir de baixo.

Callum Cant (2019) tem argumentado que a estratégia por meio da qual poderíamos alcançar um socialismo digital a partir de baixo é a “expropriação das plataformas”. A hipótese dessa estratégia é que uma transferência da propriedade do capital dos patrões para os trabalhadores no setor de plataformas, alcançada por um ciclo crescente de luta política (que já foi objeto de pesquisas significativas), seria a melhor maneira de evitar que a concorrência de mercado mine diferentes formas de plataformas geridas por trabalhadores.

Essa transformação da propriedade, no entanto, não é suficiente por si só. A gestão das plataformas deve ser colocada nas mãos dos trabalhadores de tecnologia e de entrega, em condições de controle dos trabalhadores. Mas, em vez de centrar-se na produção de mercadorias sob controle dos trabalhadores, que permaneceria apenas uma forma estranha de capitalismo com propriedade distribuída, a possibilidade socialista real em tal reorganização reside na des-mercantilização das plataformas por meio da sua integração em um programa de serviços básicos universais. Em vez de manter o atual nicho de mercado de entrega de alimentos com trabalhadores

urbanos de colarinho branco relativamente ricos, o “Deliveroo das pessoas” seria redesenhado ativamente para produzir o maior valor de uso social possível. Ao assumir o controle de suas atividades cotidianas, os trabalhadores explorados pelas plataformas poderiam tornar-se cada vez mais co-produtores de um sistema alimentar urbano des-mercantilizado – baseado na transformação socialista e na coletivização das relações de reprodução social.

Essas mudanças de longo alcance só são possíveis por meio do socialismo digital construído a partir de baixo. À medida que as instâncias de lutas dos trabalhadores no trabalho em plataformas continuam a aumentar – assim como se conectam cada vez mais em nível transnacional – a tarefa a seguir é conectar essas lutas contra as plataformas à luta contra o capitalismo digital de maneira muito mais ampla. As lutas dos motoristas da Uber em Londres, Bangalore, São Paulo, Cidade do Cabo e São Francisco estão começando a convergir. As lutas desses trabalhadores, tanto local quanto internacionalmente, são fundamentais para compreender o capitalismo hoje. Assim como as lutas dos operários do Operaísmo italiano, podemos começar a ver o germe de uma alternativa que surge da recusa dos trabalhadores das plataformas. No entanto, se propusermos formas de socialismo digital de cima para baixo, corremos o risco de não apenas perder esses germes radicais, mas também de perder a possibilidade de fazer circulá-los na economia digital e para além dela.

O Operaísmo digital, portanto, vai além de somente teorizar sobre o capitalismo digital e se engaja na teoria e na prática das lutas dos trabalhadores. Embora possamos começar com um método tradicional, como o famoso questionário de Marx (1880), a intenção não é apenas coletar dados. A pesquisa de Marx também pretendia fazer contato com os trabalhadores, buscando usar o processo de pesquisa como ponto de partida para a organização. O Operaísmo digital também pode começar com a pesquisa, mas deve envolver reuniões, piquetes, grupos de WhatsApp e páginas de Facebook. Requer apoio às lutas reais dos trabalhadores, experimentando novas formas de co-pesquisa que deem primazia ao ponto de vista e à ação dos trabalhadores. É a partir desta base que o socialismo digital pode ser conquistado.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos traçar uma abordagem em relação ao Operaísmo Digital. Isso não significa dizer como seria um socialismo digital, mas começar a traçar como a resistência no capitalismo digital

pode se tornar central para superar e moldar um futuro alternativo. Nossas considerações finais são sobre os limites de falar sobre socialismo. Hoje, muitas vezes, o socialismo é entendido como “socialismo de cima para baixo”, algo a ser alcançado votando em outra pessoa para que possa adotá-lo. Sem dúvida, um socialismo digital de cima para baixo seria muito melhor do que as atuais condições econômicas e sociais. No entanto, se quisermos ganhar um futuro em que os frutos do desenvolvimento tecnológico sejam libertados dos imperativos do capital e compartilhados por toda a sociedade, as forças vibrantes e caóticas do socialismo digital construído a partir de baixo serão necessárias para ajudar a cumprir as políticas eleitorais ou forçar sua própria agenda para este horizonte. O ponto de partida ainda é o do Operaísmo, que é compreender e apoiar as lutas dos trabalhadores, o que é fundamental para construir uma alternativa – quer o trabalho seja mediado digitalmente ou não.

Referências

- ALQUATI, Romano. 2013. The Struggle at FIAT (1964). *Viewpoint Magazine*. <https://www.viewpointmag.com/2013/09/26/struggle-at-fiat-1964>
- ASLAM, Yassin; WOODCOCK, Jamie. No prelo. A History of Uber Organising in the UK. *South Atlantic Quarterly*.
- BADGER, Adam; WOODCOCK, Jamie. 2019. Ethnographic Methods with Limited Access: Assessing Quality of Work in Hard to Reach Jobs. In *Handbook of Research Methods on the Quality of Working Lives*, edited by Daniel Wheatley, 135-146. Cheltenham: Edward Elgar.
- BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. 1996. The Californian Ideology. *Science as Culture* 6 (1): 44-72.
- BASTANI, Aaron. 2019. *Fully Automated Luxury Communism: A Manifesto*. London: Verso.
- BERG, Janine et al. 2018. *Digital Labour Platforms and the Future of Work: Towards Decent Work in the Online World*. Geneva: ILO. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_645337.pdf
- BROWN, Brian A.; QUAN-HAASE, Anabel. “A Workers’ Inquiry 2.0”: An Ethnographic Method for the Study of Prodsusage in Social Media Contexts. *tripleC* 10 (2): 488-508.
- BRUNS, Axel. 2008. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Prodsusage*. New York: Peter Lang.
- CANT, Callum. 2019. *Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy*. Cambridge: Polity.

- CANT, Callum; WOODCOCK, Jamie. 2019. The End of the Beginning. *Notes from Below* 7. <http://www.notesfrombelow.org/article/end-beginning>
- DRAPER, Hal. 2019. The Two Souls of Socialism. In *Socialism from Below*. 9-44, Chicago: Haymarket.
- DRAPER, Hal. 1971. The Principle of Self-Emancipation in Marx and Engels. *Socialist Register* 8: 81-109, <https://www.marxists.org/archive/draper/1971/xx/emancipation.html>
- ENGELS, Frederick. 1888. Preface to the 1888 English Edition of the Manifesto of the Communist Party. In *Marx and Engels Collected Works (MECW) Volume 26*, 512-518. London: Lawrence & Wishart.
- GRAHAM, Mark; WOODCOCK, Jamie. 2018. Towards a Fairer Platform Economy: Introducing the Fairwork Foundation. *Alternate Routes* 29: 242-253.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2000. *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- IRANI, Lilly; SILBERMAN, Six. 2013. Turkothon: Interrupting Worker Invisibility in Amazon Mechanical Turk. In *Proceedings of CHI 2013*, Apr 28-May 2, Paris, France.
- JOSEPH, Daniel. 2017. Code of Conduct: Platforms Are Taking Over Capitalism, but Code Convenes Class Struggle as Well as Control. *Real Life*, 12 April 2017. <http://reallifemag.com/code-of-conduct/>
- KOLINKO. 2002. Hotlines – Call Centre, Inquiry, Communism. https://www.nadir.org/nadir/inititiv/kolinko/lebuk/e_lebuk.htm
- KÜKLICH, Julian. 2005. Precarious Playbour: Modders and the Digital Games Industry. *Fibreculture*, 5 (1).
- LEE, Min Kyung et al. 2015. Working with Machines: The Impact of Algorithmic, Data-Driven Management on Human Workers. In *Proceedings of the 33rd Annual ACM SIGCHI Conference* edited by Bo Begole, Jinwoo Kim, Kori Inkpen, and Woontack Woo, New York NY: ACM Press.
- MARX, Karl. 1990 [1867] *Capital: A Critique of Political Economy – Volume 1*. London: Penguin.
- MARX, Karl. 1880. Workers' Questionnaire. In *Marx and Engels Collected Works (MECW) Volume 24*, 328-334, London: Lawrence & Wishart.
- MARX, Karl. 1875. Critique of the Gotha Programme. In *Marx and Engels Collected Works (MECW) Volume 24*, 75-76, London: Lawrence & Wishart.
- MARX, Karl. 1871. General Rules and Administrative Regulations of the International Working Men's Association. In *Marx and Engels Collected Works (MECW) Volume 23*, 3-20, London: Lawrence & Wishart.
- MILBURN, Keir. 2019. *Generation Left (Radical Futures)*. Medford, MA: Polity Press.
- MONTALDI, Danilo. 2013 [1954]. Introduction to L'Operaio Americano. *Viewpoint Magazine*. <https://www.viewpointmag.com/2013/09/27/introduction-to-loperaiio-americano-1954/>
- NOTES FROM BELOW EDITORS. 2018. The Workers' Inquiry and Social Composition. *Notes from Below* 1. <http://www.notesfrombelow.org/article/workers-inquiry-and-social-composition>
- PASQUALE, Frank. 2015. *The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- RAVENELLE, Alexandra. 2019. *Hustle and Gig: Struggling and Surviving in the Sharing Economy*. Oakland: University of California Press.
- ROMANO, Paul; STONE, Ria. 1946. *The American Worker*. Detroit: Facing Reality Publishing Company.
- ROSENBLAT, Alex. 2018. *Uberland: How Algorithms are Rewriting the Rules of Work*. Oakland: University of California Press.
- ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. 2016. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. *International Journal of Communication* 10: 3758-3784.
- SANDOVAL, Marisol. 2019. Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation. *Critical Sociology*.
- SCHOLZ, Trebor. 2017. *Uberworked and Underpaid: How Workers are Disrupting the Digital Economy*. Cambridge: Polity.
- SCHOLZ, Trebor. 2016. *Platform Cooperativism: Challenging the Sharing Economy*. New York: Rosa Luxemburg Stiftung.
- SLEE, Tom. 2015. *What's Yours Is Mine: Against the Sharing Economy*. London: OR Books.
- SRNICEK, Nick. 2017. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity.
- SUBRAMANIAN, Samantha. 2019. Is Fair Trade Finished? *The Guardian*, 23 July 2019. <https://www.theguardian.com/business/2019/jul/23/fairtrade-ethical-certification-supermarkets-sainsburys>
- TERRANOVA, Tizianna. 2000. Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy. *Social Text* 18 (2): 33-58.
- TRONTI, Mario. 2019. *Workers and Capital*. London: Verso.
- WATER, Facility; WOODCOCK, Jamie. 2017. Far From Seamless: A Workers' Inquiry at Deliveroo. *Viewpoint Magazine*, <https://www.viewpointmag.com/2017/09/20/far-seamless-workers-inquiry-deliveroo/>
- WATKINS, Susan. 2016. Oppositions. *New Left Review* 98:

5-30.

- WRIGHT, Steve. 2017. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism* [2nd edition]. London: Pluto Press.
- WOODCOCK, Jamie. No prelo. The Algorithmic Panopticon at Deliveroo: Measurement, Precarity, and the Illusion of Control. *Ephemera*.
- WOODCOCK, Jamie. 2019. *Marx at the Arcade: Consoles, Controllers, and Class Struggle*. Chicago: Haymarket.
- WOODCOCK, Jamie. 2017. *Working the Phones: Control and Resistance in Call Centres*. London: Pluto.
- WOODCOCK, Jamie. 2014. The Workers' Inquiry from Trotskyism to Operaismo: A Political Methodology for Investigating the Workplace. *Ephemera* 14 (3): 493-513.
- WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. 2019. *The Gig Economy: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity.